



## CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

### ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

1 Nos dias 11 e 12 de junho de 2015 realizou-se a Sexta Reunião Ordinária do Conselho  
2 Nacional dos Direitos Humanos, gestão 2014-2016, na Faculdade de Direito da UFPR,  
3 localizada na Praça Santos Andrade, nº 50, Centro, Curitiba – PR, com os seguintes  
4 pontos de pauta: 1ª) Aprovação da Ata da 5ª Reunião Ordinária; 2º) informes; 3º) 12ª  
5 Conferência Nacional dos Direitos Humanos; 4º) Aprovação dos relatórios pendentes da  
6 Comissão Especial Direito Humano à Alimentação Adequada; e 5º) Diálogos com a  
7 sociedade civil local e com conselhos estadual e municipal de direitos humanos.  
8 Estiveram presentes à Reunião os conselheiros e conselheiras representantes da  
9 sociedade civil e do poder público. **Representantes da sociedade civil presentes:**  
10 **Ivana Farina Navarrete Pena** (Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do  
11 Ministério Público dos Estados e da União - CNPG, titular); **Cristian Trindade Ribas**  
12 (Coletivo Nacional de Juventude Negra - ENEGRECER, titular); **Everaldo Bezerra**  
13 **Patriota** (Ordem dos Advogados do Brasil - OAB); **Carlos Magno Silva Fonseca**  
14 (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais –  
15 ABGLT) **Adelar Cupsinski** (Conselho Indigenista Missionário - CIMI, titular); **Helena**  
16 **Martins do Rêgo Barreto** (Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social,  
17 titular); **Leonildo José Monteiro Filho** (Movimento Nacional da População de Rua -  
18 MNPR, titular); **Rildo Marques de Oliveira** (Movimento Nacional de Direitos  
19 Humanos – MNDH, titular); **Maria Dirlene Trindade Marques** (Rede Nacional  
20 Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, RNFS, titular); **Vera**  
21 **Paiva** (Conselho Federal de Psicologia – CFP, titular); e **Darci Frigo** (Plataforma de  
22 Direitos Humanos - Dhesca Brasil, titular). **Representantes do poder público**  
23 **presentes:** **Pepe Vargas** (Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos  
24 da Presidência da República – SDH/PR, titular); **Senadora Vanessa Grazziotin**  
25 (Senado Federal – Maioria); **Pedro Saldanha** (Ministério das Relações Exteriores –  
26 MRE, suplente); **Ronaldo Guilherme Campos** (Polícia Federal, suplente); **Vladimir**  
27 **Sampaio Soares de Lima** (Ministério da Justiça – MJ, suplente); **Claudionor Barros**  
28 **Leitão** (Defensoria Pública da União – DPU, suplente); **Paulo Roberto Maldos**  
29 (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, suplente); e  
30 **Silvana Abramo** (Entidade de Magistrado, Conselho Nacional de Justiça, suplente).  
31 Estiveram presentes pela **Coordenação do CNDH:** Maria Gutenara Martins Araujo  
32 (Coordenadora-Geral do CNDH) e Cristiane de Castro da Cruz (assessora do CNDH). A  
33 reunião contou também com a presença dos **Participantes:** Igo Martini (Prefeitura de  
34 Curitiba); Márcio Marins (Dom da Terra Afro LGBT); André Nunes (GAPE PMC);

35 Santa de Souza (Ouvidoria Geral DPPR); João Vitor Fontenelli (GAPE PMC); Rodrigo  
36 de Trindade (Conselho de Juventude de Curitiba); Luis Antônio Rosa (Comissão de  
37 Direitos Humanos e Cidadania da ALEP); Libina Rocha (Associação de Moradores  
38 Amigos da Vila); Bruno Meirinho (Instituição Democracia Popular); Douglas Moreira  
39 (Centro Marista de Defesa da Infância e Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da  
40 Criança e do Adolescente do Paraná); Lalini Moreira Chiarello (CRDH); Tatiani  
41 Cristina Costa (CRDH-Dom Helder Câmara/Cáritas); Lalá Maria de Darla  
42 (Kizomba/Enegrecer); Flaviane Miranda Rosa (Kizomba/Enegrecer); Gustavo Henrique  
43 (Kizomba/Enegrecer); Matheus Vieira (DCE-UFPR); Luana Fernanda da Cruz Bach  
44 (DCE - UFPR), Daniele Barbosa Daniel (Universidade Estadual de Londrina),  
45 Guilherme Storino, Paulo Lemos (Kizomba), Tânia Moreira (DPE-PR), Valdenice  
46 (MNPR- Curitiba), Maurício Pereira (MNPR- Curitiba), Liliane Coelho (Marcha  
47 Mundial das Mulheres), Isabel Cortês da Silva (Direito UFPR), Maria Eugênia  
48 Trombini (Terra de Direitos), Paulo de Andrade (Terra de Direitos), Deise Porto (Terra  
49 de Direitos), Tereza Lemos (Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná),  
50 Maiara Bitencourt de Lima (Terra de Direitos), Maria Teresinha Ritzmann (Plataforma  
51 Dhesca), Manoel Furlan (Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário), Zeni Pereira  
52 (assessora do Deputado Estadual Prof. Lemos), Vera Lúcia de Moura (mãe do piloto  
53 preso no Perú), Fernando Guedes (Prefeitura de Curitiba), Maurício Figueiredo  
54 (Prefeitura de Curitiba), Eduardo Bischof (UFPR/ INCRA-PR), Gladis de Souza  
55 (CASLA), Diógenes Porzionello (CASLA), Rosilene Pollis (MPPR – CADP Execução  
56 Penal) Heliana Hemetério (Secretária de Direitos Humanos da ABGLT e integrante da  
57 Rede de Mulheres Negras do Paraná). A reunião foi aberta pelo Vice-presidente interino  
58 **Cristian Ribas (ENEGRECER)** que saudou a todos e a todas e agradeceu a  
59 participação dos presentes. Falou sobre a importância da 6ª Reunião Ordinária do  
60 Conselho ter sido deslocada para Curitiba, provocada por uma situação de grave  
61 violação dos direitos humanos, e que a Reunião ocorreria com intuito de debater e  
62 dialogar com a sociedade de forma ampla no sentido de garantir o estado democrático  
63 de direito. Em seguida, o Diretor e Professor da Faculdade de Direito da UFPR, **Doutor**  
64 **Ricardo Marcelo Fonseca** saudou a todos e a todas e deu boas vindas aos presentes.  
65 Disse que é um privilégio para a Universidade Federal do Paraná receber a Reunião  
66 Ordinária do Conselho. Salientou que vem se esforçando muito nos últimos anos para  
67 inserir a temática dos direitos humanos de uma forma transversal nos projetos  
68 pedagógicos da Universidade. Por fim, se colocou à disposição do Conselho para  
69 qualquer necessidade. O conselheiro **Paulo Roberto Maldos (SDH/PR)** reforçou a  
70 importância da presença do Conselho em Curitiba e agradeceu o empenho da  
71 Universidade em receber o CNDH. Em seguida, o Vice-presidente interino **Cristian**  
72 **Ribas (ENEGRECER)** submeteu a Ata da 5ª Reunião Ordinária do Conselho à votação  
73 e aprovação. Questionou se os conselheiros teriam algum apontamento com relação ao  
74 conteúdo da ata. Feitas as ponderações e modificações pelo Plenário, a ata foi aprovada.  
75 Em seguida, abriu a reunião para alguns informes. O conselheiro **Leonildo Monteiro**  
76 **(MNPR)** informou que teve conhecimento por meio da imprensa de Curitiba que  
77 policiais militares estariam recolhendo agasalhos e colchões das pessoas em situação de  
78 rua, deixando-os totalmente desamparados em época de frio na cidade. Solicitou que o

79 fato fosse registrado como uma denúncia. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas**  
80 **(ENEGRECER)** propôs que esse assunto fosse apresentando durante o ponto de pauta  
81 de diálogo com a sociedade civil do estado, marcado para a tarde daquele dia. A  
82 conselheira **Ivana Farina (CNPB)** informou que ela e os conselheiros Adelar  
83 Cupsinski, Claudionor Barros, Madalena Nobre e a Coordenadora-Geral do CNDH,  
84 Maria Gutenara, entregaram a manifestação do CNDH sobre a ADI nº 5.296 à Ministra  
85 do STF, Rosa Weber. Informou também sobre uma reunião de urgência com o Sr.  
86 Noaldo, assistente de acusação do caso Manoel Mattos, que fez avaliação sobre o júri,  
87 realizado nos dias 14 e 15 de abril, e relatou as ameaças que vem sofrendo. Disse que  
88 ele pediu que os relatos fossem tomados em caráter sigiloso e que fosse atendido pelo  
89 Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos da SDH/PR. A conselheira  
90 **Helena Barreto (INTERVOZES)** falou sobre o caso do jornalista Cristian Góes.  
91 Informou que teve acesso à resposta da CIDH sobre o caso, onde a própria relatoria  
92 confirmou a preocupação com relação ao tipo de punição e o que isso pode significar  
93 como jurisprudência para novos casos de afronta à liberdade de expressão. Disse que a  
94 CIDH encaminhou uma resolução que trata não apenas do Brasil, mas de vários países,  
95 sobretudo da América Latina, e que destaca o Brasil como o país que tem enfrentado  
96 vários problemas para garantia da liberdade de expressão e do direito à comunicação. A  
97 resolução trata também do caso de um radialista comunitário do interior de São Paulo  
98 que foi processado e condenado a pagar quinze mil reais por manter uma rádio  
99 comunitária. Sobre o caso Zé Maria do Tomé, informou que participou de reunião com  
100 a sociedade civil do Ceará e que a perspectiva é de que esse caso vá a júri popular.  
101 Disse que a sociedade civil tem grande expectativa de que o Conselho continue  
102 acompanhando o caso e que realize uma reunião ou uma ida até o Ceará para  
103 acompanhar o julgamento, no intuito de fazer pressão às instituições que lidam com os  
104 direitos humanos. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** informou a todos que o dia 12  
105 de junho, dia seguinte à reunião, é o dia mundial de combate ao trabalho infantil e disse  
106 que acharia importante que o Conselho registrasse esse dia em sua Ata. O conselheiro  
107 **Rildo Marques (MNDH)** falou sobre o caso Cabula e sugeriu que o Conselho  
108 reenviasse a resolução nº 8 de 2012 aprovada inclusive para os movimentos da  
109 sociedade civil, pois a Secretaria de Justiça do estado informou que não tinha  
110 conhecimento da mesma e que as respostas dos estados fossem apresentadas aos  
111 conselheiros para que o Conselho possa cobrar posteriormente. A Coordenadora-Geral  
112 **Maria Gutenara (CNDH)** informou que as recomendações foram enviadas aos  
113 Governadores de todos os estados e que o CNDH está recebendo as respostas das  
114 secretarias estaduais de segurança pública ou de direitos humanos. O conselheiro **Darci**  
115 **Friço (DHESCA BRASIL)** informou que saiu uma notícia de que o Ministério Público  
116 reconheceu as execuções sumárias de Cabula e que o inquérito do Ministério Público  
117 diverge em relação ao inquérito da Polícia Militar e do inquérito da Polícia Civil.  
118 Então, diante desse fato, o Conselho deveria fazer uma nova investida, inclusive  
119 fazendo um pedido público de desculpas. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** disse  
120 que o pedido de desculpa não deveria partir do Conselho e sugeriu que a resolução nº 08  
121 fosse enviada também aos conselhos estaduais, às entidades de direitos humanos dos  
122 estados. Em seguida, o conselheiro falou sobre um episódio que ocorreu no interior da

123 Paraíba, em que a polícia estaria desfilando com os presos algemados em carro aberto,  
124 sendo essas atitudes endossadas pelo governador, tendo ele tornado esse tipo de prática  
125 natural e legítima. Por esses motivos, sugeriu que o Conselho também enviasse a  
126 recomendação a esse governador e para as entidades de direitos humanos da Paraíba. O  
127 conselheiro falou também sobre o caso de empresas de seguranças privadas no estado  
128 da Paraíba presididas por policiais militares e que estariam também sendo contratadas  
129 por órgãos federais. Disse que a Comissão Manoel Mattos deve tratar isso diretamente  
130 com o Ministério da Justiça, pois do contrário, essas empresas continuariam fazendo um  
131 controle de territórios e extermínio. Posteriormente, falou a respeito da comissão do  
132 sistema prisional, salientou que mesmo que não houvesse a composição da Mesa  
133 Diretora do Conselho, a comissão precisaria começar a agir a partir da reunião da  
134 comitativa, pois estaria ocorrendo uma série de denúncias e questões que o Conselho  
135 precisaria se debruçar, como é o caso do Presídio Urso Branco em Rondônia.  
136 Cientificou sobre a CPI que ocorreu no Senado sobre a Juventude Negra e que estaria  
137 tendo alguns avanços sobre o assunto. Sugeriu que o Conselho verificasse uma maneira  
138 de trocar informações com essa CPI, para que também pudesse colaborar e se debruçar  
139 sobre o tema. Encerrando seus informes, o conselheiro, por fim, informou que o  
140 Conselho Estadual de Direitos Humanos de São Paulo iria assinar com o Ministério  
141 Público um projeto chamado Via Rápida, o qual teria como objetivo receber denúncias  
142 *on-line*, com o objetivo de combater o extermínio praticado por policiais. Informou  
143 também que atores que estão à frente da questão do sistema prisional em São Paulo  
144 estariam firmando um convênio com trinta presos condenados à prestação de serviço,  
145 para prestar serviços no Conselho Estadual, ajudando as comissões e ao mesmo tempo  
146 participando da capacitação em direitos humanos, promovida pelo Conselho, tendo essa  
147 iniciativa, inclusive, o intuito de incentivar o Tribunal de Justiça a ampliar a aplicação  
148 de medidas alternativas. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (ENEGRECER)**  
149 informou sobre a reunião em que participou, no dia 29 de maio de 2015, representando  
150 o Conselho, junto com organizações da juventude negra e com a UNESCO para discutir  
151 a situação das violações de direitos humanos de crianças e adolescentes negros no  
152 Brasil. Comunicou que essa reunião teve como encaminhamento a construção de um  
153 seminário nacional de formação e capacitação de lideranças jovens e adolescentes  
154 negros e de combate ao racismo na infância e na adolescência. Reforçando a questão da  
155 CPI do extermínio da juventude negra, disse que ela desenvolveu um trabalho muito  
156 pertinente dentro da Câmara e salientou ser fundamental que o Conselho fortaleça esse  
157 processo e acompanhe de perto as atividades dessa reunião. Sobre a missão realizada  
158 entre os dias 30 maio a dia 1º de junho às aldeias Guarani-Kaiowá, o conselheiro  
159 informou que a comissão e as organizações que participaram da missão fizeram visitas a  
160 três aldeias e em todas conseguiram fazer escutas com várias lideranças. Falou que a  
161 comissão verificou um cenário muito desolador, pois estaria havendo um processo de  
162 retomada de seus territórios pelos indígenas. Disse que um dos relatos mais  
163 significativos foi sobre o envenenamento da comunidade por parte dos fazendeiros. Há  
164 relatos do uso de um avião para pulverizar veneno em cima das comunidades. Houve  
165 também vários relatos sobre a precariedade dos atendimentos à saúde, em que os  
166 indígenas denunciaram que as comunidades tem um número específico de consultas

167 médicas, tendo no máximo dez consultas por mês, quando na maioria das vezes surgem  
168 de quinze a vinte doentes e os médicos se recusam a fazer o atendimento. Houve  
169 também vários registros de homicídios e ameaças às lideranças indígenas, que foram  
170 executadas a mando de fazendeiros. Foi relatada a dificuldade de matrícula nas escolas  
171 pela falta de documento de identidade e registro das crianças. Salientou que é  
172 fundamental que a comissão dos povos indígenas fizesse uma reunião com o Ministério  
173 das Relações Exteriores para discutirem a situação da cidadania de indígenas que  
174 transitam entre o Paraguai e o Brasil, no sentido de se construir um mecanismo paliativo  
175 para a atual situação. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** completou os relatos  
176 dizendo que nessa missão foi bastante discutida, tanto pela FUNAI como pelas próprias  
177 lideranças, a jurisprudência do STF que dispõe sobre o marco temporal para  
178 consolidação de terras indígenas, caso restasse comprovado que no dia 5 de outubro de  
179 1958 eles estavam na terra. No entanto, o que estaria preocupando os indígenas é que  
180 existem algumas decisões que os impedem, inclusive, de provar que estavam nas terras  
181 nesse período. Disse que alguns processos possuem decisões de reintegração de posse e  
182 isso estaria gerando uma situação de conflito. Falou que no relatório do CNJ,  
183 disponibilizado pelo conselheiro Adelar Cupsinski, é possível fazer uma radiografia dos  
184 territórios e das soluções viáveis, mesmo para os processos que transitam em julgado.  
185 Ponderou que o Poder Público poderia de alguma forma acelerar o processo de  
186 desapropriação de interesse social, pois isso evitaria novos conflitos. Reiterou a  
187 dificuldade que os indígenas passam sobre a saúde, a educação e a violência. O  
188 conselheiro chamou a atenção para o caso de uma aldeia onde há oitenta e três crianças  
189 fora da escola, pois as escolas estariam se recusando a fazer a matrícula por falta de  
190 documentação. Comunicou que se comprometeu a levar os casos para o conhecimento  
191 do Ministério das Relações Exteriores. Falou também sobre a morte do líder indígena,  
192 Anísio Gomes. Informou que o corpo ainda não havia sido encontrado e o júri não tinha  
193 sido marcado. Sugeriu que a comissão acompanhasse o júri assim que fosse marcado.  
194 Cientificou o Conselho sobre a assembleia com todas as aldeias Guaranis, prevista para  
195 o dia 18 de julho de 2015, e repassou que o Deputado Paulo Pimenta estaria em breve  
196 convidado o CNDH para participar com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara  
197 para acertarem o relatório e as ações conjuntas a partir dessa missão realizada. Informou  
198 que os índios entregaram uma carta ao Deputado que relata todas as questões que foram  
199 colocadas. A respeito das crianças que estariam fora da escola, a conselheira **Silvana**  
200 **Abramo (CNJ)** informou que no estado de São Paulo tanto o governo do estado quanto  
201 a prefeitura da capital autorizam expressamente o ingresso às atividades escolares sem a  
202 documentação pelos imigrantes, principalmente latino-americanos. As crianças  
203 começam a estudar e posteriormente a escola do governo orienta o procedimento para a  
204 retirada da documentação. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** solicitou à  
205 Coordenadora-Geral, Maria Gutenara, que falasse com o Sr. Otoniel, responsável pelas  
206 denúncias das crianças que estão fora das escolas, para encaminhar a lista com os nomes  
207 das mesmas. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** cientificou o Conselho sobre três  
208 assassinatos de indígenas que ocorreram no final de abril de 2015. O conselheiro  
209 **Everaldo Patriota (OAB)** chamou a atenção para alguns pontos anteriormente citados  
210 pelos conselheiros tais como a importância de se fortalecer as audiências de custódia e

211 sobre a atuação da Força Nacional em que, segundo o conselheiro, nos locais onde a  
212 Força Nacional atua a letalidade aumenta. Sobre as audiências de custódia, o  
213 conselheiro sugeriu que o Conselho se manifestasse por nota a favor dessas audiências,  
214 pois elas são o caminho para a civilidade. Sobre os grupos de extermínio e milícias que  
215 atuam por meio de empresas privadas de segurança, falou que o Ministério da Justiça  
216 precisa fazer uma investigação sistêmica, uma vez que essas milícias estariam ligadas  
217 ao poder político e ao poder econômico. O conselheiro **Carlos Magno (ABGLT)**  
218 informou sobre uma audiência pública no Senado Federal para discutir a questão da  
219 violência contra a população LGBT, prevista para o dia 24 de junho de 2015.  
220 Comunicou aos conselheiros que ele teria sido convidado para compor a mesa da  
221 audiência e salientou que seria importante que algum conselheiro participasse do evento  
222 representando o CNDH. A conselheira **Vera Paiva (CFP)** informou sobre a sua  
223 participação em uma reunião que tratou do caso da travesti Verônica Bolina juntamente  
224 com a Ouvidoria Nacional da SDH/PR. Disse que fez o acompanhamento no intuito de  
225 reforçar a existência de tortura no caso. Informou que o promotor do caso estaria  
226 investigando se de fato havia uma pessoa falando atrás de Verônica nas gravações dos  
227 depoimentos que ela deu. Disse que em sua opinião há uma dupla discriminação de  
228 direitos no caso. Ponderou que as contradições nos depoimentos prestados por Verônica  
229 decorreram de um sofrimento mental, inclusive, o próprio ataque à idosa também  
230 decorreu de um surto, que não foi reconhecido. E por esses motivos deveria o estado, no  
231 momento da contenção, saber distinguir entre o que é uma situação de sofrimento  
232 mental e o que é qualquer outro tipo de situação de agressividade. Por fim, disse que  
233 foram com esses argumentos que havia dado entrada junto ao promotor do caso e que  
234 ele estaria convencido de ir atrás da caracterização de tortura. A conselheira **Helena**  
235 **Barreto (Intervozes)** propôs que a próxima reunião ordinária do Conselho não  
236 começasse sem que tenham ocorrido as reuniões das comissões. Disse que é necessário  
237 que o Conselho coloque as comissões na programação e salientou que é preciso um  
238 momento de reorganização das mesmas. O Conselheiro **Claudionor Barros (DPU)**  
239 informou que as comissões da População de Rua, das Comunidades Tradicionais e da  
240 Segurança Alimentar iriam se reunir no final do mês de junho de 2015. Dando início  
241 ao informe sobre a inspeção à UHE Belo Monte o conselheiro **Darci Frigo (DHESCA**  
242 **BRASIL)** iniciou informando aos conselheiros que a comissão designada para fazer a  
243 visita iria terminar o relatório sobre a missão até o final do mês de junho de 2015. Falou  
244 que depois dos relatos gostaria de tratar, à parte, uma questão de procedimento de  
245 passagem, pois após a 5ª reunião ordinária do Conselho a SDH/PR informou que  
246 somente seriam disponibilizadas passagens para dois conselheiros, tendo isso gerado um  
247 problema para a comissão. Disse que durante os três dias de inspeção a comissão fez  
248 visitas às áreas urbanas, participou de reuniões e audiências públicas, onde foi relatada  
249 uma série de situações graves. Em seguida, passou a palavra para o conselheiro **Paulo**  
250 **Roberto Maldos (SDH/PR)** que iniciou lembrando que o Conselho participou da  
251 missão para contemplar duas demandas, a do MPF, de acompanhar a inspeções, e a do  
252 MAB, para que o Conselho conhecesse outros setores que também estariam sofrendo  
253 violações. Informou que a missão exigiu uma lógica muito precisa, foram feitas divisões  
254 que resultaram em três grupos, que subiram e desceram o rio para fazer as escutas das

255 famílias que seriam removidas do local. Essas equipes eram formadas por antropólogos  
256 e pesquisadores, que contaram com a presença da grande antropóloga brasileira,  
257 Manoela Carneiro da Cunha, com a presença do professor, Mauro Almeida, da  
258 antropóloga da Universidade do Pará e antropólogos do Ministério Público Federal,  
259 bem como integrantes de movimentos sociais, ONGs e do IBAMA. Disse que recebeu  
260 da Procuradora, Thaís Santi, cinquenta e cinco contestações e que seria impossível fazer  
261 a leitura de todas no curto espaço de tempo da reunião. De forma resumida os casos  
262 tratam de famílias que não sabem a quem recorrer, com quem falar ou com quem  
263 negociar sua situação ao sair da ilha e ir para outra moradia, famílias que não estariam  
264 aceitando a forma em que foram enquadradas, o caso de famílias de pescadores que  
265 estariam tendo que optar pela moradia na cidade ou na ilha – sendo que necessitam  
266 possuir as duas casas para sustentar seu modo de vida, uma na cidade, por conta da  
267 educação, da saúde e para comercializar o peixe, e outra na ilha, para poderem fazer a  
268 pesca, bem como de pescadores a quem são oferecidos lotes em reassentamentos  
269 distantes do rio, na transamazônica, inviabilizando a continuidade do seu modo de vida  
270 e conseqüentemente retirando os direitos pelos quais os pescadores têm direito, que é o  
271 caso da carteira de pescador, a aposentadoria e os benefícios sociais. Ademais, famílias  
272 que optaram pelo reassentamento na transamazônica ficaram no prejuízo, pois não foi  
273 realizado tal assentamento, tendo que optar por outra localidade ainda mais longe do rio.  
274 Famílias que receberam propostas pelo seu patrimônio cujos valores estão muito aquém  
275 para reconstruir seu modo de vida, comprar outra casa, continuar pescando e vivendo na  
276 região de Altamira. Famílias que estão sendo desagregadas, separadas, desmembradas e  
277 que desejam pelo menos permanecerem juntas, exercendo seu modo de vida, sua  
278 cultura, suas práticas comunitárias, sua economia, seus direitos sociais, construindo seu  
279 futuro como comunidade tradicional única e indivisível. Por fim, salientou que isso  
280 estaria sendo extremamente agressivo para aquela população do ponto de vista dos  
281 direitos humanos. Completando os relatos, o conselheiro **Darci Frigo (DHESCA**  
282 **Brasil)** descreveu a situação das casas da cidade de Vitória do Xingu, disse que a  
283 aparência é de ter tido uma guerra no local, pois as casas estariam destruídas. Reforçou  
284 as questões colocadas pelo conselheiro Paulo Maldos e expressou sua preocupação com  
285 relação à situação dos pescadores da região. Além disso, pessoas estariam passando por  
286 dificuldades com relação ao meio de transporte, que antes custava entre três a quatro  
287 reais e atualmente estaria a vinte reais. Por fim, o conselheiro lembrou as  
288 condicionantes que a empresa deve cumprir para que seja concedida a licença de  
289 operação. A conselheira **Maria Dirlene Marques (RNFS)** relatou sobre o caso da  
290 perda de identidade. Citou também o relato de uma senhora indígena que disse não  
291 saber mais a quem recorrer. Lembrou-se do depoimento do representante da empresa  
292 que disse que “a grandeza dos problemas são proporcionais à grandeza da obra  
293 construída” e citou os problemas com os reassentamentos urbanos e que boa parte  
294 dessas famílias disseram sobreviver com auxílio do Programa Bolsa Família. O  
295 conselheiro **Darci Frigo (DHESCA BRASIL)** informou sobre uma reunião que  
296 ocorreu no dia 3 de junho de 2015 entre o diretor da Norte - Energia e representantes de  
297 cinco ministérios. Lembrou que essa missão foi muito importante para chamar a atenção  
298 em um momento de urgência, de proximidade da licença de operação. O conselheiro

299 **Everaldo Patriota (OAB)** lembrou a importância da decisão que foi tomada na reunião  
300 passada de ir até Altamira para fazer essa missão e disse que esta decisão servirá de  
301 lição para as demais decisões que o Conselho precisa tomar. Salientou que o Conselho  
302 não deve temer em fazer o que é preciso na hora que é preciso. Em seguida, o  
303 conselheiro **Darci Frigo (DHESCA BRASIL)** fez a leitura do ofício encaminhado pelo  
304 MAB, onde solicita ao Conselho medida urgente recomendando ao Poder Judiciário de  
305 Altamira para que suspenda as ordens de despejo contra as famílias, realize processo de  
306 mediação visando à preservação do direito à moradia, bem como determine à empresa  
307 Norte Energia que suspenda as remoções de famílias atingidas dos Baixios e reabra a  
308 negociação com os movimentos sociais, visando incluir as famílias nos cadastros e  
309 reconhecer os direitos das mesmas. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** lembrou a  
310 situação de trabalhadores da obra que possivelmente seriam demitidos, pois a mesma  
311 estaria sendo desativada. Disse que a comissão não teve acesso à obra e não teria  
312 conhecimento do que poderia ocorrer com esses funcionários. O conselheiro **Darci**  
313 **Frigo (DHESCA BRASIL)** relatou que haveria um indicativo de que um dos  
314 integrantes da comissão entraria em contato com o Ministério Público do Trabalho para  
315 obter informações sobre os casos, pois o MPT teria feito no dia 2 de junho de 2015 uma  
316 inspeção na obra. Em seguida, fez a leitura do pedido da Procuradora do MPF, Thaís  
317 Santi, que solicita que sejam tomadas as medidas cabíveis dentro das atribuições do  
318 Conselho Nacional dos Direitos Humanos com o objetivo de evitar a retirada dos  
319 ribeirinhos sem que lhes sejam asseguradas às condições dignas de existência e para que  
320 o IBAMA possa tomar as providências necessárias. A conselheira **Maria Dirlene**  
321 **Marques (RNFS)** lembrou a solicitação de retorno da Comissão ao local, depois de  
322 concluído o relatório, com o objetivo de fazer uma nova audiência pública onde seria  
323 dada ciência à população atingida do que efetivamente teria sido encaminhado pelo  
324 Conselho. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** lembrou que o processo estaria  
325 judicializado e falou que o Conselho deveria interferir também na área judiciária do  
326 caso. A conselheira **Vera Paiva (CFP)** reforçou a necessidade de prestar contas às  
327 comunidades que foram ouvidas. Questionou a quem seria entregue o relatório final  
328 sobre a missão e como seria feito esse processo de chamar a atenção pública para o caso  
329 sem expor os denunciadores, uma vez que eles ficam sistematicamente marcados e  
330 expostos. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** sugeriu que o Conselho usasse o  
331 modelo de relatório que a OIT e outros órgãos internacionais elaboram, que seria o de  
332 publicar e trabalhar externamente um resumo do relatório e internamente com um  
333 relatório completo, com dados e informações. Com relação à demissão dos  
334 trabalhadores, disse que é uma questão urgente. Sugeriu que a comissão preparasse um  
335 ofício fundamentado e fizesse duas visitas, uma ao Procurador Geral do MPT, Dr.  
336 Camargo, pedindo a intervenção e acompanhamento oficial do MPT e uma visita ao  
337 Ministro do Trabalho, ou a seu representante, para articular essas ações da inspeção do  
338 MTE. A conselheira **Ivana Farina (CNPQ)** disse que antes da reunião com o MPT, o  
339 Conselho deve ter acesso ao relatório feito pela instituição sobre a obra. Em seguida, a  
340 conselheira sugeriu que fosse pedida uma audiência com o juiz do caso e sugeriu que a  
341 conselheira Silvana Abramo fosse até a audiência representando o Conselho. O  
342 conselheiro **Darci Frigo (DHESCA BRASIL)** sugeriu que o Ouvidor Agrário e um

343 representante da Secretaria Geral do governo que cuida de despejos urbanos também  
344 acompanhassem a audiência com o juiz. Disse que a questão judiciária no local é  
345 gravíssima e que não existe defensor público estadual atuando, apenas uma equipe  
346 itinerante da DPU. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** sugeriu que se fizesse uma  
347 denúncia das ações do poder judiciário local ao CNJ. A conselheira **Helena Barreto**  
348 **(INTERVOZES)** sugeriu que o Conselho, de acordo com suas atribuições, fizesse as  
349 apurações das condutas em situações contrárias aos direitos humanos e aplicasse as  
350 sanções de sua competência. Salientou que é fundamental que imagens da situação do  
351 local fossem circuladas para que se dê publicidade ao caso e que o Conselho fizesse  
352 uma impressão simbólica sobre o que estaria ocorrendo. A conselheira falou da  
353 necessidade de haver uma consultoria para atuar no caso. Por fim, informou sobre o  
354 lançamento do filme construído por algumas organizações da sociedade civil, chamado  
355 Defensores. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** concordou com os  
356 encaminhamentos da conselheira Helena Barreto. Reforçou o encaminhamento sobre a  
357 denúncia do poder judiciário local ao CNJ. Sugeriu que a questão dos novos  
358 empreendimentos fosse colocada no relatório final. A conselheira **Maria Dirlene (RFS)**  
359 afirmou que a perspectiva de desenvolvimento atual é do século XVIII e XIX. O  
360 contexto das populações afetadas é de coação, sem alternativa para o que é oferecido. O  
361 que Conselho deveria fazer é uma ação de redução de danos, e de imediato, amenizar a  
362 situação daquele povo, mitigando a situação dos atingidos. Ponderou que não adianta o  
363 Conselho cobrar à Norte Energia, disse que o correto seria cobrar o governo que é quem  
364 expede o licenciamento para a operação. O conselheiro **Paulo Roberto Maldos**  
365 **(SDH/PR)** salientou que o papel mais importante do Conselho no momento seria o de  
366 garantir os direitos dessas populações que estariam em risco, no sentido de suspender  
367 essas remoções forçadas e procurar dar os encaminhamentos que foram colocados pela  
368 Procuradora Thaís Santi. Informou que contactou a Secretaria Geral sobre o caso e a  
369 colocou em contato com a Procuradora Thais Santi, para ver o que é possível ser feito e  
370 contribuir. Em seguida, o conselheiro **Darci Frigo (DHESCA BRASIL)** fez o resumo  
371 dos encaminhamentos registrados pela Secretária Executiva do Conselho, quais sejam:  
372 envio de ofício ao juiz e TJ Pará requerendo o não despejo de duas ocupações e o fim  
373 dos interditos proibitórios; b) articulação com o GT da Secretaria Geral, Ministério das  
374 Cidades e Ouvidoria Agrária Nacional para que sejam tomadas ações no sentido de  
375 marcar reunião com o juiz do Tribunal de Justiça do Pará sobre os despejos e interditos  
376 proibitórios; requerer ao IBAMA que faça gestão junto à Norte Energia para que  
377 suspenda as remoções imediatas dos ribeirinhos; construir relatório e dar retorno à  
378 população sobre as ações do Conselho; divulgar relatório e ações do Conselho sobre o  
379 caso e missão; a Conselheira Silvana solicitará o acompanhamento pelo MPT das  
380 demissões na construção e apuração das mortes no trabalho; e reunião com os  
381 Ministérios e atores envolvidos no empreendimento e recomendações do relatório;  
382 Dentre os encaminhamentos, o Plenário entendeu como urgentes e anteriores ao  
383 relatório, a gestão com os juízes, no caso de duas decisões de reintegração de posse e  
384 interditos proibitórios e gestão com o IBAMA, no sentido de parar as remoções dos  
385 ribeirinhos. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** salientou a necessidade de que se  
386 tenha elementos suficientes para que o Conselho entre com representação no CNJ contra

387 o juiz. O conselheiro **Vladimir Sampaio (MJ)** questionou sobre a atuação da DPU no  
388 caso. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** esclareceu que a DPU não estaria  
389 atuando nas questões que estão nos tribunais de justiça. Entretanto, estaria à frente das  
390 negociações a respeito das moradias e remoções. A conselheira **Helena Barreto**  
391 **(INTERVOZES)** reforçou que o que o Conselho precisaria fazer é tentar mitigar os  
392 danos. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** esclareceu que por uma questão de ética  
393 profissional estaria impedida pelo princípio da independência dos juízes de fazer gestão  
394 em um caso que outro juiz vai julgar. Sugeriu que o Conselho fizesse uma mediação  
395 sobre as questões, trazendo as pessoas envolvidas ao CNJ para que se faça uma  
396 conversa institucional. Com relação à questão do CNJ o conselheiro **Adelar Cupsinski**  
397 **(CIMI)** sugeriu que o Conselho tratasse a questão da ausência do Poder Judiciário de  
398 forma geral e não se dirigisse diretamente ao juiz. O conselheiro **Rildo Marques**  
399 **(MNDH)** ponderou que o relatório além de se dar em torno da população, também  
400 deveria ter um papel político e ser entregue ao Ministro de Direitos Humanos, ao  
401 Ministro da Justiça, ao Ministro de Minas e Energia e a Presidenta da República. O  
402 conselheiro **Darci Frigo (DHESCA BRASIL)** cientificou que não poderia permanecer  
403 na reunião e nem comparecer nas reuniões do GT Atingidos por Barragens, prevista  
404 para o mês de junho e julho de 2015, por motivos de saúde. Solicitou que fosse  
405 designado algum conselheiro para substituí-lo e fazer os relatórios do Grupo de  
406 Trabalho que estariam previstos. Informou que auxiliaria na elaboração do relatório de  
407 Belo Monte, porém, não participaria da reunião. Em seguida, o conselheiro Adelar  
408 Cupsinski se dispôs a participar da reunião do GT. A conselheira **Helena Barreto**  
409 **(Intervozes)** propôs que a pauta fosse invertida e que naquele momento fizessem a  
410 aprovação do relatório da Comissão Especial Direito à Alimentação Adequada. Sobre a  
411 Comissão Especial Direito a Alimentação Adequada, o conselheiro **Claudionor Barros**  
412 **(DPU)** relatou a missão que foi realizada em Sapê do Norte, em novembro de 2013.  
413 Informou que o relatório não havia sido aprovado. Ponderou que a situação dos trinta e  
414 nove quilombolas daquela região é bem parecida com a que foi verificada na aldeia  
415 Guarani-Kaiowá. A única diferença é que na região de Sapê do Norte a plantação é de  
416 eucaliptos e canaviais, onde pode ser visto claros matagais e comunidades quilombolas  
417 instaladas, por sua vez em regiões territorialmente bem delimitadas. Falou que a outra  
418 questão também bem similar a dos indígenas seria o descaso com relação à saúde, que  
419 por muitas vezes não chega às comunidades do Sapê do Norte. Informou sobre a  
420 existência de contratos de cessão de uso para plantações que teriam sido  
421 disponibilizados para os quilombolas pelas empresas Aracruz Celulose e pela FIBRIA.  
422 Disse que algumas comunidades assinaram esse acordo, porém estariam temendo que  
423 nele eles abdicassem da sua condição de quilombola, embora a FIBRIA tivesse  
424 afirmado que no acordo não haveria nenhuma cláusula que condicionasse a isso.  
425 Informou também sobre uma mesa de diálogo que o INCRA havia construído. A mesa  
426 contava com a participação de algumas entidades e do Ministério Público e que tinha o  
427 objetivo de fazer o acompanhamento dos processos de titulação da região. Porém, essa  
428 mesa foi desfeita em razão de um incêndio que teria ocorrido na sede do INCRA e  
429 nunca mais a reunião de acompanhamento foi agendada. O conselheiro salientou sobre a  
430 questão da água, disse que água não chega até o local e que estaria havendo um

431 problema de um duto da Petrobrás, que, inclusive, foi objeto de intervenção do  
432 Ministério Público. Na região haveria também uma espécie de vinhoto que estaria  
433 contaminando os canaviais e os córregos. Solicitou ao Conselho que respaldasse essas  
434 recomendações, principalmente a questão da água. Informou que a comissão fez  
435 tratativas com a FUNASA, que incluía a construção de uma cisterna, mas que esta ainda  
436 não foi construída. Informou também que a DPU havia se comprometido em fazer ações  
437 itinerantes, inclusive para verificar as questões dos direitos assistenciais, previdenciários  
438 e as questões de medicamentos, entretanto, no momento, o conselheiro salientou que a  
439 questão mais importante seria a fundiária e que fosse reinstalado o grupo de  
440 acompanhamento dos processos de titulação. Por fim, destacou que seria necessário que  
441 a comissão agilizasse alguns encaminhamentos, que é o caso da água, antes da  
442 aprovação do relatório. Em seguida, foi apresentado o relatório a plenária, que debateu e  
443 aprovou o relatório com algumas modificações. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)**  
444 sugeriu que se faça a divulgação do relatório aprovado dos quilombolas no Programa a  
445 Voz do Brasil. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** relatou também sobre a  
446 missão Maranhão, realizada em maio de 2014. Comunicou que por um equívoco dele o  
447 relatório não estaria ali para ser apresentado. Informou que teria duas recomendações a  
448 serem feitas com relação a essa missão. Primeiramente, falou das comunidades  
449 indígenas, disse que a questão central para eles seria a de que os territórios estão  
450 demarcados, homologados, porém, estariam sofrendo uma pressão muito grande das  
451 madeiras e em consequência disso estariam literalmente voltados para a defesa do seu  
452 território, ou seja, não estariam conseguindo dar atenção para a produção alimentar.  
453 Nesse sentido, o conselheiro salientou a importância da Polícia Federal em desenhar um  
454 plano de atuação para o caso, com intuito de cessar de uma vez os problemas e não  
455 apenas por um momento. Falou que os madeiros são ilegais, não têm licenciamento,  
456 sendo isso um problema maior, pois a questão da madeira estaria diretamente ligada a  
457 toda uma cadeia produtiva que envolve o estado do Maranhão. Após o relato, por não  
458 haver tempo para a sua apreciação, o relatório do Maranhão ficou para ser aprovado na  
459 próxima reunião ordinária, quando o conselheiro Claudionor enviaria a versão final  
460 antes da reunião para a apreciação dos conselheiros. Em seguida, o Vice-presidente  
461 **Cristian Ribas (ENEGRECER)** deu início aos diálogos com a sociedade civil local e  
462 com conselhos estadual e municipal de direitos humanos. O conselheiro **Leonildo**  
463 **Monteiro (MNPR)** colocou a questão dos policiais militares do Paraná que estariam  
464 recolhendo os agasalhos, colchões e cobertas de moradores de rua. Informou que a  
465 denúncia sobre caso já foi encaminhada para a Defensoria Pública e para o Ministério  
466 Público. O integrante do Grupo Dom da Terra Afro LGBT, **Marcio Marins** relatou que  
467 durante muitos anos o estado do Paraná esteve no topo da lista dos estados que mais  
468 registraram homicídios de LGBT's, ou seja, homicídios apenas em razão da orientação  
469 sexual e identidade de gênero. Ressaltou que mais de 10% dos números absolutos de  
470 homicídio em todo território nacional estariam concentrados no estado do Paraná.  
471 Informou que no estado do Paraná teriam algumas iniciativas, como é o caso do Comitê  
472 Municipal de Saúde Integral da População LGBT, a efetivação da lei que garante a  
473 utilização de nome social de travestis e transexuais e o plano estadual de políticas  
474 públicas para LGBT's, mas que, nesse caso, as secretarias envolvidas não estariam

475 dando respostas suficientes ao plano. Salientou que é necessária uma coordenadoria  
476 LGBT que faça parte desse plano, para que ele seja, de fato, executado. **Vera Lúcia**,  
477 mãe de um jovem piloto de avião, relatou o caso de seu filho. Disse que, no dia 15 de  
478 abril de 2015, seu filho Astecclínio da Silva, a convite de um amigo, fez um voo de Santa  
479 Rosa, na Bolívia, de carona com outro piloto que havia sido pago para buscar uma  
480 pessoa no Peru. Chegando ao local não encontram a tal pessoa que iria buscar e decolou  
481 para voltar. Ao chegar à altura para continuar o voo foram surpreendidos por um  
482 helicóptero das Forças Armadas do Perú, que se posicionou ao lado esquerdo do avião e  
483 deferiu tiros sumariamente, sem saber quem estava a bordo. O piloto Astecclínio foi  
484 ferido no braço e no abdome. Falou que para justificar o abatimento do avião, as Forças  
485 Armadas do Perú deu entrada de seu filho no país como traficante, porém, não teriam  
486 provas contra ele. Informou que Astecclínio estaria preso em uma penitenciária na cidade  
487 de Satipo, onde o avião foi abatido. Disse que ele estaria vivendo em condições  
488 miseráveis, pois na unidade não estariam fornecendo água, comida e atendimento  
489 médico, e mesmo com o auxílio de advogado não conseguiu tirar seu filho do presídio.  
490 Por fim, clamou para que as autoridades representantes do Brasil fizessem alguma coisa  
491 para trazê-lo de volta ao país. O militante do Movimento Popular por Moradia,  
492 **Crisanto Figueiredo** explicou sobre o trabalho do Movimento. Disse que o  
493 Movimento estaria organizando três ocupações na cidade industrial de Curitiba. A mais  
494 antiga ocupação, denominada Nova Primavera, estaria em vias de se realizar um  
495 condomínio habitacional pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. As outras duas  
496 ocupações (Vinte e Nove de Março e Tiradentes) ainda se encontravam em processo de  
497 negociação. Informou que enfrentavam um problema grave de ameaças constantes pela  
498 empresa Essencis, que estaria tentando despejar os ocupantes, já que a empresa funciona  
499 no terreno limítrofe ao terreno da ocupação. Disse que a empresa estaria pressionando a  
500 Polícia Militar para que fizesse os despejos e estaria litigando com má fé e faltando com  
501 a verdade diante a situação. Por fim, o militante salientou que o movimento não queria  
502 que houvesse confrontos e manifestações, como foi o caso dos professores, e expressou  
503 o medo de que aconteçam os despejos sem nenhuma negociação. **Glades de Sousa**,  
504 uruguaia e residente no Brasil há alguns anos, relatou que teve que sair de seu país de  
505 origem forçadamente. Foi para o Chile e outra vez teve que ir embora de forma forçada.  
506 Informou que saiu em uma comitiva que veio para o Brasil há trinta anos e chegando ao  
507 Brasil fundou a Casa Latino-americana. Disse que a Casa Latino-americana trabalha  
508 com núcleos temáticos como a casa jurídica, que trabalha com as questões relacionadas  
509 às migrações e refúgio, núcleo de comunicação, antropologia e núcleo de cultura.  
510 Informou que a situação de migrações no Brasil é terrível. Quando os imigrantes  
511 chegam ao Brasil não têm casa, não têm comida, nem roupa, chegam com uma mão na  
512 frente e outra atrás. Questionou os representantes do Ministério da Justiça se existiria a  
513 possibilidade de fazerem um debate mais amplo sobre o assunto e salientou que é  
514 necessário que se tenha um espaço para discutirem que tipo de relação que o Brasil  
515 deseja com os países latino-americanos, inclusive, que chame o Ministério das  
516 Relações Exteriores para debater o tema. A jornalista indígena da etnia Terena, **Sandra**,  
517 trouxe uma denúncia de que um documentário sobre uma criança indígena que iria ser  
518 sacrificada estaria sendo censurado no país. Pediu para que essa situação fosse

519 discutida, pois estaria havendo uma violação de direitos humanos. Falou sobre o  
520 preconceito e diferenças que sofrem as crianças indígenas. Colocou a questão da  
521 censura que estaria havendo sobre a liberdade de imprensa e dos direitos das crianças  
522 indígenas de serem salvas. Por fim, entregou a cópia do processo e materiais sobre o  
523 assunto ao conselheiro Everaldo Patriota, solicitando que a OAB participasse do  
524 processo como *amicus curiae*. O Coordenador da Terra de Direitos, **André** falou sobre  
525 os povos e comunidades tradicionais. Disse que a situação desses povos e das  
526 comunidades das regiões Norte e Nordeste não é nada favorável. Mais de onze  
527 seguimentos de povos e comunidades tradicionais no estado do Paraná se quer são  
528 visibilizados e entre eles destacam-se os povos de terreiros, os quilombolas,  
529 faxinalenses e pescadores artesanais. Disse que esses povos enfrentam sistematicamente  
530 conflitos territoriais, culturais e ameaças advindas da intolerância religiosa. Com relação  
531 aos povos e comunidades tradicionais, em geral, também sofrem ameaças e  
532 perseguições. Informou sobre ameaça de morte a um companheiro faxinalense, o Sr.  
533 Amilton, que felizmente conseguiram dar encaminhamento à denúncia e que, por meio  
534 das ações articuladas com o Conselho Estadual, com a Defensoria Pública e demais  
535 órgãos, obtiveram êxito. Ressaltou a importância da Defensoria Pública do estado, da  
536 Comissão e do Conselho Municipal de Direitos Humanos do Paraná no papel que  
537 estariam desempenhando com relação aos povos e comunidades tradicionais. Por fim,  
538 destacou a importância de ter uma secretaria no Paraná que tenha um Programa de  
539 Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. **Marino Galvão** informou que a  
540 entidade a qual pertence, AVICI, executa no Paraná desde 2005 o PROVITA, e desde  
541 2010 o PPCAM, que, inclusive, segundo ele, funcionam muito bem. Porém, disse que  
542 estariam sofrendo com problemas de atrasos e dificuldades na renovação dos convênios.  
543 Expressou sua preocupação com relação à demora nas renovações dos contratos dos  
544 convênios, pois não sabia como ficaria a situações dos protegidos. Salientou que  
545 precisariam de esclarecimentos sobre as especificidades desses programas com a  
546 entrada em vigor do marco legal das organizações da sociedade civil, pois existem  
547 questões específicas e trabalhos sigilosos que não podem ser tornados públicos. A  
548 militante da Marcha Mundial das Mulheres, **Liliane Coelho**, falou sobre o alto índice de  
549 assassinatos de mulheres no município de Piraquara. Cientificou que Piraquara está em  
550 segundo lugar no ranking brasileiro de municípios que mais matam mulheres. Disse que  
551 o combate à violência contra as mulheres em Curitiba tem avançado pouco,  
552 especificamente no que diz respeito à estrutura do estado. Então, enquanto Marcha  
553 Mundial das Mulheres, pediu que houvesse uma interferência na estrutura do estado do  
554 Paraná, pois tem falhado muito em relação ao combate desse tipo de violência.  
555 Salientou que não estaria se dirigindo apenas às delegacias, mas também sobre a  
556 estrutura do próprio Tribunal de Justiça, haja vista que no estado teria apenas uma vara  
557 que atua no combate à violência doméstica. O integrante do Movimento Nacional da  
558 População de Rua, **Maurício Pereira** reiterou a questão já colocada pelo conselheiro  
559 Leonildo Monteiro, sobre a atitude de policiais militares do Paraná que estariam  
560 recolhendo, com um caminhão da prefeitura, todos os pertences de moradores de rua,  
561 dentre eles cobertas, mochilas, agasalhos e documentos. Relatou que, no dia seguinte da  
562 ação policial, passou em alguns lugares para conversar com a população de rua e

563 algumas pessoas comentaram sobre a dificuldade que teriam passado durante a noite em  
564 decorrência do frio. Por fim, salientou as dificuldades que a população de rua do estado  
565 do Paraná estaria passando por falta de gestão pública, principalmente, pela segurança  
566 pública do estado. A Secretária de Direitos Humanos da ABGLT e integrante da Rede  
567 de Mulheres Negras do Paraná, **Heliana Hemetério**, se referindo às questões raciais,  
568 disse que o que tem notado no estado do Paraná é a presença de afro-polacos, afro-  
569 italianos, afro-alemães e afro-ucranianos que alisam seus cabelos diariamente e negam o  
570 papel da população negra e indígena no estado. Salientou que o estado do Paraná  
571 precisa chamar a atenção e debater a questão racial, não somente fazer *folders* com  
572 frases de conscientização, mas lutar contra isso com o objetivo de mostrar aos cidadãos  
573 a história do estado do Paraná que veio a ser construída por alemães, italianos,  
574 poloneses, ucranianos e população africana. Sobre a questão da redução da maioria  
575 penal, ponderou que quem sofrerá com isso serão os jovens negros e pobres do Brasil.  
576 Por fim, reforçou que a população negra do estado do Paraná precisa se organizar para  
577 combater o racismo, pois os casos de homicídios e feminicídios estariam ocorrendo  
578 todos os dias. A Presidenta da Associação de Moradores Amigos da Vila - AMAV,  
579 **Libina Rocha**, informou que a referida associação luta pela regularização fundiária em  
580 Curitiba. Informou que ela e várias outras famílias ocuparam há mais de trinta anos a  
581 vila, porém, infelizmente, a prefeitura de Curitiba pretende demolir as casas e  
582 posteriormente levar os moradores para a margem da cidade, onde não teria o mínimo  
583 de infraestrutura para recebê-los. Outro ponto bastante grave relatado pela presidenta da  
584 associação foi a de que a prefeitura estaria cobrando preço de mercado para que os  
585 moradores conseguissem a regularização da terra, sendo que as famílias que lá residem  
586 são carentes e não conseguem fazer financiamento, pois têm uma renda muito baixa.  
587 Destacou que todos os moradores da vila lutaram muito para conseguir construir suas  
588 casas e a prefeitura simplesmente estaria despejando as famílias. A integrante da  
589 Entidade Cáritas Brasileira, **Tailane Cristina**, informou que também coordena o projeto  
590 chamado Centro de Referência em Direitos Humanos, que é um convênio da Cáritas  
591 com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Solicitou que fosse pensado  
592 conjuntamente em uma metodologia para aprimoramento do Disque 100, pois as  
593 denúncias não estariam muito organizadas. Deu a sugestão de se criar um fluxograma e  
594 uma metodologia de encaminhamento das denúncias, ainda que seja para articularem e  
595 pensarem conjuntamente com a rede de direitos humanos do Paraná, inclusive com o  
596 intuito de fortalecimento. O integrante do Centro Marista de Defesa da Infância e,  
597 também, integrante do Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do  
598 Adolescente do Paraná, **Douglas Moreira**, expressou sua preocupação com relação a  
599 possibilidade da redução da maioria penal, principalmente a questão da ampliação  
600 do tempo de internação de três para oito anos, como proposta alternativa de alteração do  
601 ECA. Informou que entende que o aumento de tempo de internação pode abrir  
602 precedentes graves no que diz respeito aos direitos humanos. Salientou que é necessário  
603 que o Conselho se manifeste contrário a esse aumento no tempo de internação, em  
604 especial diante da situação do sistema socioeducativo que o Brasil tem. Disse que esse  
605 tipo de medida socioeducativa deveria ser excepcional. Ademais, ressaltou a questão da  
606 saúde mental de jovens dentro do sistema, principalmente os que são dependentes

607 químicos e não têm atendimento especializado. Então, ponderou que outra sugestão  
608 seria a de que o CNDH também analisasse as violações de direitos humanos no sistema  
609 socioeducativo. Concordou com o que foi colocado pela integrante da Entidade Cáritas  
610 Brasileira, Tailane e registrou sua preocupação com relação ao Disque 100, pois os  
611 denunciadores estariam tendo dificuldades para completar a ligação. Sugeriu que fosse  
612 usado uma espécie de *help line* para auxiliar o Disque 100 no atendimento especializado  
613 para crianças. Por fim, chamou atenção para a necessidade de que o Brasil ratifique o  
614 terceiro protocolo da convenção sobre os direitos da ONU, que diz respeito sobre a  
615 possibilidade da criança ou adolescente em fazer comunicação com o sistema das  
616 nações unidas de violação de direitos humanos. O integrante do Coletivo Nacional de  
617 Juventude Negra (ENEGRECER), **Gustavo**, concordou com a fala da Secretária de  
618 Direitos Humanos da ABGLT e integrante da Rede de Mulheres Negras do Paraná,  
619 **Heliana Hemetério**. Em seguida, pediu ao Conselho que dê atenção aos casos de  
620 chacinas que ocorrem no estado do Paraná, cuja maioria é de jovens negros. A  
621 integrante da APP Sindicato e do Comitê 29 de Abril, **Tereza Lemos**, em nome da APP  
622 Sindicato, agradeceu a presença do Conselho e de todas as entidades no local. Disse que  
623 a APP Sindicato estaria desempenhando um papel muito importante. Pediu para que as  
624 pessoas continuassem denunciando, pois mesmo que a greve dos professores tenha  
625 acabado, várias violações de direitos humanos estariam acontecendo. Informou que no  
626 interior existem professores que estariam sendo perseguidos pela população e por isso  
627 não conseguiam sair de casa para dar aula, pois o governo estaria usando o portal da  
628 transparência para publicar dados mentirosos sobre o valor do pagamento dos  
629 professores, ou seja, a população teve conhecimento do valor dos salários e se revoltou  
630 com os professores por causa das manifestações. O Coordenador do Comitê  
631 Intersetorial de População em Situação de Rua de Curitiba, **Antônio**, reforçou a questão  
632 sobre a retirada dos pertences dos moradores de rua e deu vários relatos das situações  
633 em que esses moradores se encontravam ao relento e com risco de hipotermia. Disse  
634 que jamais poderiam pactuar com essa situação. Solicitou que os policiais militares ali  
635 presentes pudessem prestar esclarecimentos sobre isso. A Presidente do Transgrupo  
636 **Marcela Prado** (Associação de Pessoas Travestis e Transexuais de Curitiba),  
637 primeiramente parabenizou a iniciativa do Conselho em realizar a reunião em Curitiba.  
638 Em seguida, solicitou ao Conselho que pautasse com a Secretaria de Segurança Pública do  
639 Estado do Paraná para que olhe com bons olhos a situação das pessoas trans,  
640 principalmente, no que diz respeito à Polícia Civil, pois ao chegarem às delegacias não  
641 estariam sendo respeitadas, são obrigadas a cortar o cabelo e não são tratadas com o  
642 nome social, mesmo sendo determinação da SENASP. Ao término da escuta dos  
643 representantes das instituições o Vice-Presidente Interino, **Cristian Ribas** esclareceu a  
644 todos que algumas das demandas apresentadas pelas instituições seriam respondidas  
645 naquele momento e outras seriam encaminhadas e tratadas por atores do Conselho como  
646 a Secretaria Executiva, a Mesa Diretora, as Comissões Temáticas e outras entrariam  
647 como ponto de pauta das Reuniões Ordinárias do CNDH. O conselheiro **Rildo**  
648 **Marques (MNDH)** salientou que é preciso criar uma sinergia, uma grande articulação  
649 em prol dos direitos humanos no intuito de fortalecer a luta e avançar cada vez mais.  
650 Salientou que os conselhos e instituições precisariam resistir às pautas reducionistas,

651 mas disse que é preciso também que surjam novas propostas, como é o caso da redução  
652 da maioria penal, situação esta que se faz necessário colocar o ECA à frente e fazer  
653 com que ele seja cumprido, ao invés de ficarem sempre com uma política negativa. Por  
654 fim, reforçou que o Conselho existe para trabalhar nas ruas, pois os problemas estariam  
655 nas ruas, e isso que deve ser feito, ir às ruas, escutar a população, os movimentos e a  
656 partir daí fazer os encaminhamentos necessários. O conselheiro **Paulo Roberto Maldos**  
657 **(SDH/PR)** reforçou que algumas questões seriam tratadas especificamente, como é o  
658 caso do jovem que se encontra preso no Perú, disse que nesse caso iria entrar em  
659 contato com o Ministério da Justiça e com o Ministério das Relações Exteriores para  
660 pedir mais informações. Com relação à ocupação que estaria correndo risco de  
661 reintegração de posse, informou que a Secretaria Geral da República tem uma comissão  
662 que trata exatamente de mediação de conflitos fundiários urbanos, juntamente com o  
663 Ministério das Cidades e a Secretaria de Direitos Humanos. Essa comissão é  
664 Coordenada pela Secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da  
665 República. Então, nesse caso, o Conselho poderia acionar para que esses atores entrem  
666 como mediadores no processo, evitando a reintegração de posse. A respeito dos  
667 exilados, o conselheiro parabenizou a existência das casas latino-americanas, cientificou  
668 que ele anteriormente teria presidido o centro de solidariedade a El Salvador no Brasil e  
669 salientou que, nesse sentido, poderiam passar a ter um diálogo para tentarem fortalecer  
670 esse trabalho. Quanto aos povos e comunidades tradicionais, cientificou que o Programa  
671 de Proteção a Defensores, que é coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da  
672 Presidência da República, poderiam ser oficialmente provocada a analisar a situação  
673 com a possibilidade de construção de um programa específico para os povos e  
674 comunidades tradicionais. No tocante à renovação e verbas dos programas de proteção,  
675 ponderou que tanto ele quanto o Ministro Pepe Vargas, estariam à frente da SDH/PR há  
676 pouco tempo e procurando dar todos os encaminhamentos pertinentes à situação. Disse  
677 que o Ministro Pepe Vargas, havia salientado que os programas não poderiam ter uma  
678 periodicidade muito curta. Informou que a SDH/PR havia recebido seu orçamento e a  
679 primeira medida do Ministro foi o de blindar os recursos orçamentários para os  
680 programas de proteção, para que não houvesse quebra ou interrupção, pois são vidas  
681 que estão sendo protegidas. Sobre o Movimento Nacional da População de Rua em  
682 Curitiba, informou que a SDH/PR também é composta pela coordenação de população  
683 de rua, portanto, nesse sentido, poderiam estreitar os laços entre o Movimento e a  
684 Coordenação. Sobre a questão do Centro de Referência em Direitos Humanos, disse que  
685 essa política também faz parte da SDH/PR e se colocou à disposição para conversarem  
686 sobre os objetivos dessa política e fortalecimento do Centro. Sugeriu que, juntamente  
687 com a Cáritas Nacional, continuassem discutindo as questões específicas no Paraná. A  
688 respeito da redução da maioria penal, o conselheiro ressaltou que a Secretaria de  
689 Direitos Humanos é contra o Projeto de redução. O Ministro Pepe Vargas já se  
690 expressou contra a redução. Informou que no dia anterior a reunião esteve com o  
691 Ministro Pepe Vargas em diálogo com o Secretário Geral da CNBB, Leonardo, no  
692 intuito de uma aproximação e para debaterem as propostas que estariam sendo  
693 colocadas sobre o assunto. Disse que o que foi percebido é que muitas informações  
694 sobre aos jovens que cometem crimes no Brasil estariam circulando de forma

695 manipulada, principalmente nas grandes mídias. Nesse sentido, ponderou que seria  
696 necessária uma estratégia para apresentarem as informações corretas para a sociedade.  
697 Por fim, parabenizou os professores pela luta e reforçou que a SDH/PR estaria junto  
698 com eles nessa caminhada. O conselheiro **Vladimir de Lima (MJ)** esclareceu a todos  
699 que trabalha especificamente na área de assuntos legislativos no Ministério da Justiça,  
700 onde lida com questões relacionadas à segurança pública, como a situação prisional e  
701 violações aos direitos humanos nos presídios. Nesse sentido, reforçou a fala do  
702 conselheiro Paulo Maldos e a posição do Ministro Pepe Vargas contrária à redução da  
703 maioria penal. Comunicou ao plenário a aprovação na Comissão de Direitos  
704 Humanos no Senado, do aumento da pena de pessoas que aliciavam jovens a cometerem  
705 crimes. A pena era de 1 a 4 anos e passará a ser de 5 a 15 anos. Sobre a juventude negra,  
706 disse que o governo vem enfrentando esse problema de forma bem contundente por  
707 meio do Juventude Viva. Falou sobre o PL 4471, dos Autos de Resistência, o qual teve  
708 um corte específico para juventude negra, contra os massacres que vem ocorrendo no  
709 Brasil e salientou que o Ministério da Justiça defende a aprovação desse PL, mesmo  
710 enfrentando grandes dificuldades frente ao Congresso Nacional. Sobre o sistema  
711 penitenciário paranaense, informou que iria conversar com o Departamento  
712 Penitenciário Nacional. A respeito dos migrantes, haitianos, informou que o governo  
713 estaria atuando nessa questão. Informou que esteve em conversa com o diretor da área  
714 de migração da Secretaria Nacional de Justiça, que se mostrou aberto ao diálogo,  
715 inclusive, para esclarecer algumas questões sobre políticas nacionais em um contexto  
716 mais estadualizado. Por fim, sobre a questão dos programas de proteção, salientou que  
717 se for necessário, o Conselho poderia fazer gestão junto a Secretaria Geral da  
718 Presidência da República, a qual elaborou o marco regulatório dos programas. A  
719 conselheira **Helena Barreto (Intervozes)** informou que o CNDH é um órgão colegiado  
720 paritário, que pretende ser um órgão cadastrado como instituição de direitos humanos  
721 das Organizações das Nações Unidas. Isso significa que o Conselho atua em busca de  
722 sua autonomia, de sua capacidade crítica de combatividade, inclusive, de resoluções de  
723 conflitos, mesmo quando o autor sujeito dessa violação é o estado. Esclareceu que o  
724 Conselho é formado por comissões internas, as quais trabalham com temáticas  
725 específicas, como é caso das instituições de privação de liberdade e direitos a cidade,  
726 por exemplo. No entanto, todas as temáticas colocadas devem ser debatidas de forma  
727 geral. É necessário que se consiga ocupar esses espaços de uma forma geral para dar  
728 sentido ao Conselho nas lutas e no cotidiano dos movimentos. Então, nesse sentido,  
729 ponderou que o Conselho só iria conseguir apresentar respostas sobre as demandas que  
730 aparecem para o Conselho se a sociedade civil de todo Brasil conseguir se engajar para  
731 fortalecer os instrumentos que são oferecidos para o combate às violações dos direitos  
732 humanos. Por fim, reforçou a proposta feita pelo integrante do Centro Marista de Defesa  
733 da Infância e, também, integrante do Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança  
734 e do Adolescente do Paraná, Douglas, sobre a questão da redução da maioria penal e  
735 sugeriu que o Conselho reafirmasse seu posicionamento contrário a esse assunto na  
736 audiência pública que iria ocorrer no dia seguinte à reunião. O Vice-presidente interino  
737 **Cristian Ribas (ENEGRECER)** com relação à questão LGBT esclareceu que esse  
738 assunto tem sido tratado e discutido de forma muito combativa dentro do Conselho. A

739 respeito da solicitação da jornalista indígena da etnia Terena, Sandra, na qual requer que  
740 a OAB atue como *amicus curiae* no processo de censura do filme da criança indígena,  
741 informou que o conselheiro Everaldo Patriota ficaria responsável em analisar e  
742 apresentar uma posição sobre o caso. Quanto à redução da maioria penal, explicou  
743 que ele e a conselheira Helena Barreto estariam tentando construir um diálogo com o  
744 CONANDA. Sobre as questões raciais, o conselheiro sugeriu ao Conselho Estadual de  
745 Direitos Humanos, a Sociedade Civil e ao Movimento Negro que construíssem uma  
746 agenda com o Secretário Estadual de Segurança Pública para discutirem sobre os autos  
747 de resistência e apresentassem a Resolução nº 08, de 20 de dezembro de 2012, do  
748 CNDH, que prevê a extinção dos autos de resistência. Em seguida, informou que o  
749 Conselho entrou em consenso no adiamento da Conferência Nacional para o mês de  
750 maio de 2016 e informou também que a Comissão Organizadora iria se reunir para  
751 apresentar um calendário e um regimento mais sistematizado sobre a Conferência.  
752 Nesse sentido, solicitou que a sociedade civil e o poder público aguardassem mais duas  
753 semanas para ter conhecimento desses pontos. O integrante do Grupo Dom da Terra  
754 Afro LGBT, **Marcio Marins** salientou que as organizações precisam o mais rápido  
755 possível dos documentos que possam norteá-los na realização das conferências  
756 estaduais e municipais. Disse que duas semanas seria muito tempo para aguardarem  
757 esses documentos e isso precisaria ser repensado, pois o tempo para mobilização da  
758 sociedade civil estaria muito curto. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas**  
759 **(ENEGRECER)** esclareceu que o Conselho já estaria pressionando a SDH/PR com  
760 relação a essas questões e salientou que a demora também seria uma de suas  
761 preocupações. Contudo, o Conselho teve várias questões, até mesmo do ponto de vista  
762 do governo que levou a essa situação, como foi o caso da não liberação orçamentária.  
763 Por fim, agradeceu a Universidade Federal do Paraná e a Faculdade de Direito por ter  
764 recebido o Conselho. Agradeceu a Prefeitura de Curitiba, a Comissão de Direitos  
765 Humanos da Cidade de Curitiba, na figura do Igo Martini, o Conselho Permanente de  
766 Direitos Humanos do Paraná e a todos ali presentes. Em seguida, o Vice-Presidente  
767 Interino deu por encerrada o primeiro dia da 6ª Reunião Ordinária do CNDH. Dando  
768 início ao segundo dia da 6ª Reunião Plenária do CNDH, o Ministro **Pepe Vargas** abriu  
769 a reunião. Em seguida passou para o ponto de pauta de eleição de presidente, vice-  
770 presidente e Mesa Diretora do Conselho. Antes de passar a palavra para as indicações  
771 da sociedade civil, o Ministro agradeceu ao então vice-presidente interino, Cristian  
772 Ribas, que até então tinha conduzido os trabalhos do CNDH na ausência do presidente.  
773 Em seguida passou a palavra para a conselheira Ivana Farina apresentar as  
774 considerações da sociedade civil, em relação à eleição do presidente, vice-presidente e  
775 mesa diretora do Conselho. A conselheira informou que a sociedade civil discutiu  
776 bastante sobre sua decisão e que fariam a seguinte indicação: Ministro da SDH/PR,  
777 Pepe Vargas, para presidente do CNDH e ela para vice-presidente e os conselheiros  
778 Carlos Magno e Dirlene Marques para comporem a Mesa Diretora. Após isso o  
779 Ministro respondeu positivamente sobre a decisão do poder público de acatar a sugestão  
780 da sociedade Civil e informou que os representantes do poder público do Conselho  
781 indicaram os conselheiros Gabriel Sampaio e Luciana Lóssio para comporem a Mesa  
782 Diretora. O Ministro submeteu as indicações a aprovação por aclamação, sendo

783 aprovada a seguinte composição: Ministro **Pepe Vargas** – Presidente do CNDH, **Ivana**  
784 **Farina** – Vice-presidente do CNDH e como membros da mesa diretora os conselheiros  
785 **Gabriel Sampaio, Maria Dirlene Marques, Carlos Magno e Luciana Lóssio**. Em  
786 seguida foi colocada em pauta a questão de mudança no cronograma das reuniões  
787 ordinárias. Ficou decidido que a 7º Reunião Ordinária será realizada nos dias 23 e 24 de  
788 julho e que dia 23 de julho será dedicado principalmente à reunião de trabalho das  
789 comissões. A 8ª reunião Ordinária será realizada nos dias 20 e 21 de agosto. Foi  
790 discutido posteriormente questões relativas à PEC 171 que trata da redução da  
791 maioria penal. O Presidente do CNDH, Ministro Pepe Vargas, solicitou que a  
792 Senadora **Vanessa Graziotin** apresentasse o informe sobre a proposta do Presidente do  
793 Senado de discutir a questão da redução da maioria penal. A Senadora sugeriu que  
794 seja marcada uma agenda do CNDH com o Presidente do Senado, Renan Calheiros. A  
795 conselheira **Vera Paiva** (CNP) apoiou a sugestão do debate sobre a redução da  
796 maioria penal no CNDH. Diz ser muito importante aumentar a discussão sobre o  
797 tema. Há temas importantes como a laicidade do Estado. Lembrou sobre as falas da  
798 sociedade civil do Paraná, que aconteceram no dia anterior. Disse ser importante que o  
799 CNDH se posicione sobre a afirmação dos direitos das crianças e adolescentes. O  
800 conselheiro **Cristian Ribas** (ENEGRECER) informou sobre as mobilizações contra a  
801 redução da maioria penal que algumas entidades farão. Pediu que a SDH, em nome  
802 do Ministro se faça presentes nessa campanha. O conselheiro **Everaldo Patriota** (OAB)  
803 lembrou que se caso percamos posição sobre a redução da maioria no Congresso  
804 ainda será possível uma batalha no STF. Apoiou o fortalecimento e afirmação do debate e  
805 que se use o aparato de mídia e informação sobre o tema. A conselheira **Helena**  
806 **Martins** (INTERVOZES) chamou a atenção para a questão da mídia que muitas vezes  
807 fortalece o discurso a favor da redução. O presidente do CNDH, Ministro **Pepe**  
808 **Vargas**, lembrou que o Governo tem posição clara sobre a redução da maioria  
809 penal. A Presidenta tem se manifestado várias vezes sobre isso. Lembrou que Ministros  
810 titulares de várias pastas estão reiteradamente se manifestado contra a redução.  
811 Informou que o CONANDA em sua reunião no dia anterior reiterou sua posição  
812 contrária a PEC 171. Informou que no dia 30 de junho o presidente da Câmara dos  
813 deputados colocaria para votação no Plenário da Câmara. Informou sobre sua reunião  
814 com Dom Leonardo Steiner, secretário-geral da CNBB, e que enviariam cartas a todas  
815 as dioceses no intuito de sensibilizar os deputados em suas bases. Foi deliberado pela  
816 solicitação de uma reunião conjunta com representantes do CNDH, CONANDA e o  
817 presidente do Senado Renan Calheiros. Em seguida o Presidente do CNDH, Ministro  
818 **Pepe Vargas**, deu por encerrada a 6ª Reunião Plenária do Conselho Nacional dos  
819 Direitos Humanos.